

Proposta de regulamentação da Reposição Florestal e criação do instrumento de Compensação Florestal

SEP/SEMA + COASP/INEMA + DIREG/INEMA +
ASSESP/SEMA + ASSTEC/SEMA

Proposta de Instrumentos

- Minuta de **Decreto**: Reposição Florestal
- Minuta de **Lei**: Compensação Florestal
- Minuta de **Decreto**: Compensação Florestal
- Minutas de Portarias

Proposta de Instrumentos

- Minuta de **Decreto**: Reposição Florestal
- Minuta de **Lei**: Compensação Florestal
- Minuta de **Decreto**: Compensação Florestal
- Minutas de Portarias

Decreto: Reposição Florestal

- Define as modalidades de execução de Reposição Florestal, nos termos do art. 127, § 1º, da Lei Estadual nº 10.431/2006.
- O que é Reposição Florestal:
 - conjunto de ações desenvolvidas para estabelecer a continuidade do **abastecimento de matéria-prima florestal** aos diversos segmentos consumidores por meio da obrigatoriedade de plantio de espécies florestais e **volumes equivalentes** aos consumidos.
- Quem é obrigado:
 - pessoas físicas ou jurídicas **consumidoras de matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa** ou que **detenham autorização para supressão de vegetação nativa**.

Decreto: Reposição Florestal

- O cumprimento da Reposição Florestal **para os detentores de ASV** poderá ser feito mediante:
 - Apresentação de Crédito de Reposição Florestal;
 - Participação em projetos de recomposição florestal de áreas degradadas ou devastadas; ou
 - Depósito no FERFA.
- *Na ausência de interesse na utilização ou comercialização, abre a possibilidade de doação de produtos e subprodutos florestais a órgãos públicos e entidades cadastradas no SEIA, mediante assinatura de Termo de Doação.*

Decreto: Reposição Florestal

- O cumprimento da Reposição Florestal **por consumidores** de matéria-prima florestal oriunda de ASV será mediante a modalidade **direta**.
 - Apresentação de Créditos de Reposição Florestal
 - Revogação dos incisos I e II do art. 45 do Decreto Estadual nº 15.180/2014, dada a necessidade do plantio direto ser reconhecido previamente como Crédito de Reposição Florestal.

Decreto: Reposição Florestal

- O cumprimento da Reposição Florestal **por infratores** será obrigatoriamente por depósito do valor pecuniário equivalente aos custos de implantação e efetiva manutenção da reposição florestal, considerando os seguintes volumes:
 - » Mata Atlântica: 100 m³/ha
 - » Cerrado: 80 m³/ha
 - » Caatinga: 60 m³/ha
- Os volumes podem ser alterados mediante apresentação de inventário florestal de áreas próximas ou comparação com informações no SEIA.

Decreto: Reposição Florestal

- Valores recolhidos serão destinados preferencialmente:
 - ao fomento a projetos de plantio e condução de espécies florestais, com a finalidade de produção e corte em áreas alteradas, subutilizadas ou abandonadas.
 - à recuperação da RL de imóveis de até 04 (quatro) módulos rurais;
 - ao plantio de espécies nativas em reservas extrativistas ou florestas de domínio público.
- O valor pecuniário será determinado pelo custo de implantação e efetiva manutenção de espécies florestais, considerando os volumes suprimidos.

Decreto: Reposição Florestal

- DOS CRÉDITOS DE REPOSIÇÃO FLORESTAL
 - Requisitos mínimos para emissão:
 - a efetiva implantação da floresta de produção;
 - a apresentação dos documentos e estudos necessários ao ato, conforme definido em Portaria de documentos do INEMA; e
 - a não vinculação da floresta de produção ao Plano de Suprimento Sustentável – PSS.
 - Requisitos mínimos para cancelamento:
 - Os Créditos de Reposição Florestal transferidos somente poderão ser cancelados se constatado no Sistema DOF que não foram utilizados.

Decreto: Reposição Florestal

- Esclarece conceito trazidos pelo Decreto Estadual nº 15.180/2014:
 - Uso doméstico;
 - Benfeitoria;
 - Grandes consumidores;
 - Florestas de Produção efetivamente implantadas; e
 - Regulamenta as hipóteses de dispensa de ASV para:
 - Abertura ou limpeza de aceiros
 - Abertura de picadas
 - Roçada e a limpeza de terreno

Proposta de Instrumentos

- Minuta de **Decreto**: Reposição Florestal
- Minuta de **Lei**: Compensação Florestal
- Minuta de **Decreto**: Compensação Florestal
- Minutas de Portarias

Lei: Compensação Florestal

- DA COMPENSAÇÃO FLORESTAL
 - A Compensação Florestal é o conjunto de ações desenvolvidas para estabelecer reparação dos impactos negativos gerados pelo corte ou supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo.

Lei: Compensação Florestal

- DA COMPENSAÇÃO FLORESTAL
 - Estão sujeitos à Compensação Florestal:
 - ASV em áreas de alta ou muito alta relevância indicadas pelo Mapa de Relevância;
 - ASV em áreas que abriguem espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção;
 - ASV de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, de acordo com as previsões contidas no art. 17 da Lei Federal nº 11.428/2006;
 - ASV para APP; e
 - Aqueles que suprimiram vegetação nativa sem autorização ou em desconformidade com esta.

Lei: Compensação Florestal

- A Compensação Florestal poderá ser executada de forma **direta ou indireta**.
 - MODALIDADE DIRETA:
 - A destinação de área para conservação, equivalente em importância ecológica e, no mínimo, de mesma extensão da área suprimida, como RPPN ou servidão ambiental em caráter perpétuo; ou
 - A destinação, por doação ao Poder Público, de área equivalente em importância ecológica e, no mínimo, de mesma extensão da área suprimida, no interior de unidade de conservação de domínio público no Estado da Bahia, pendente de regularização fundiária; ou
 - A recomposição de áreas indicadas como de alta ou muito alta relevância ambiental, e, no mínimo, de mesma extensão da área suprimida, a serem definidas pela Secretarias do Meio Ambiente – SEMA.

Lei: Compensação Florestal

- A Compensação Florestal poderá ser executada de forma **direta ou indireta**.
 - MODALIDADE INDIRETA:
 - Participação em projetos de recomposição florestal de áreas degradadas ou devastadas, através de Plataforma de Fomento vinculada ao Sistema Estadual de Informações Ambientais – SEIA; ou
 - Depósito em subconta específica no Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA.
 - Os recursos financeiros captados pelo FERFA deverão ser aplicados, obrigatoriamente, em programas e ações de proteção, conservação e ampliação da cobertura de vegetação nativa no Estado da Bahia.

Lei: Compensação Florestal

- A modalidade direta **será obrigatória** aos que detenham autorização para o corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica.
 - A Lei Federal nº 11.428/2006 estabelece que a compensação para a supressão autorizada ocorra mediante destinação de área ou recomposição.
- A modalidade indireta **será obrigatória** aos que tenham praticado supressão de floresta nativa, sem autorização ou em desconformidade com esta.
 - A Lei Federal nº 11.428/2006 estabelece que as modalidades diretas de compensação mediante destinação de área ou recomposição não se aplicam aos casos de corte ou supressão ilegais.

Lei: Compensação Florestal

- DAS TERRAS DEVOLUTAS
 - Obriga a realização do levantamento estadual das terras devolutas indisponíveis, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
 - Estabelece a possibilidade de instituição pelo Estado de Unidades de Conservação e Servidão Ambiental em terras devolutas indisponíveis estaduais.
 - Estabelece a possibilidade de instituição de Cota de Reserva Ambiental - CRA em áreas de servidão ambiental criadas em terras devolutas.

Lei: Compensação Florestal

- DO CONTROLE DO DESMATAMENTO
 - Cria o Embargo Florestal;
 - Refere-se ao embargo das áreas de vegetação irregularmente suprimidas;
 - Prazo mínimo de 10 anos;
 - Não deverá impedir as atividades de subsistência.

Proposta de Instrumentos

- Minuta de **Decreto**: Reposição Florestal
- Minuta de **Lei**: Compensação Florestal
- Minuta de **Decreto**: Compensação Florestal
- Minutas de Portarias

Decreto: Compensação Florestal

- Institui o Programa de Compensação Florestal do Estado da Bahia – COMFLORA, tendo como objetivos otimizar e direcionar os investimentos públicos e privados para a proteção, conservação e ampliação da cobertura de vegetação nativa no Estado da Bahia.
- Regulamenta a metodologia de conversão em valor pecuniário.

Decreto: Compensação Florestal

- Os recursos que irão financiar as ações do COMFLORA serão exclusivamente destinados às ações de proteção, conservação e ampliação da cobertura de vegetação nativa no Estado da Bahia, podendo ser utilizados pelo órgão executor do FERFA para:
 - a recomposição e manutenção de florestas nativas;
 - a recuperação de matas ciliares;
 - a recuperação ambiental de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal dos imóveis a que se refere o inciso V do caput do art. 3º da Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012 ;
 - o pagamento por serviços ambientais relacionados ao subprograma de Serviços da Biodiversidade;
 - o desenvolvimento das metodologias para valoração da relevância ambiental das diversas áreas no Estado da Bahia;
 - a pesquisa e desenvolvimento tecnológico em restauração, manutenção e manejo florestal sustentável;

Decreto: Compensação Florestal

- Os recursos que irão financiar as ações do COMFLORA serão exclusivamente destinados às ações de proteção, conservação e ampliação da cobertura de vegetação nativa no Estado da Bahia, podendo ser utilizados pelo órgão executor do FERFA para:
 - o controle e monitoramento do desmatamento;
 - a capacitação técnica e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais;
 - a educação ambiental;
 - a desapropriação das áreas particulares no interior de Unidades de Conservação de domínio público do Estado da Bahia, pendentes de regularização fundiária;
 - o fomento para a produção de sementes e mudas nativas;
 - ações de capacitação dos municípios, caso estes venham a assumir, por meio de convênio, funções de natureza executiva no âmbito do Programa.

Decreto: Compensação Florestal

- METODOLOGIA DE CÁLCULO
 - A Compensação Florestal (CF) será calculada considerando a extensão do dano direto, em hectares, decorrente da supressão de vegetação ou intervenção em área de preservação permanente majorada pelo Fator de Compensação Florestal (FCF), de acordo com a fórmula a seguir:

$$CF = EDD \times FCF, \text{ onde:}$$

CF = Compensação Florestal;

EDD = Extensão do Dano Direto; e

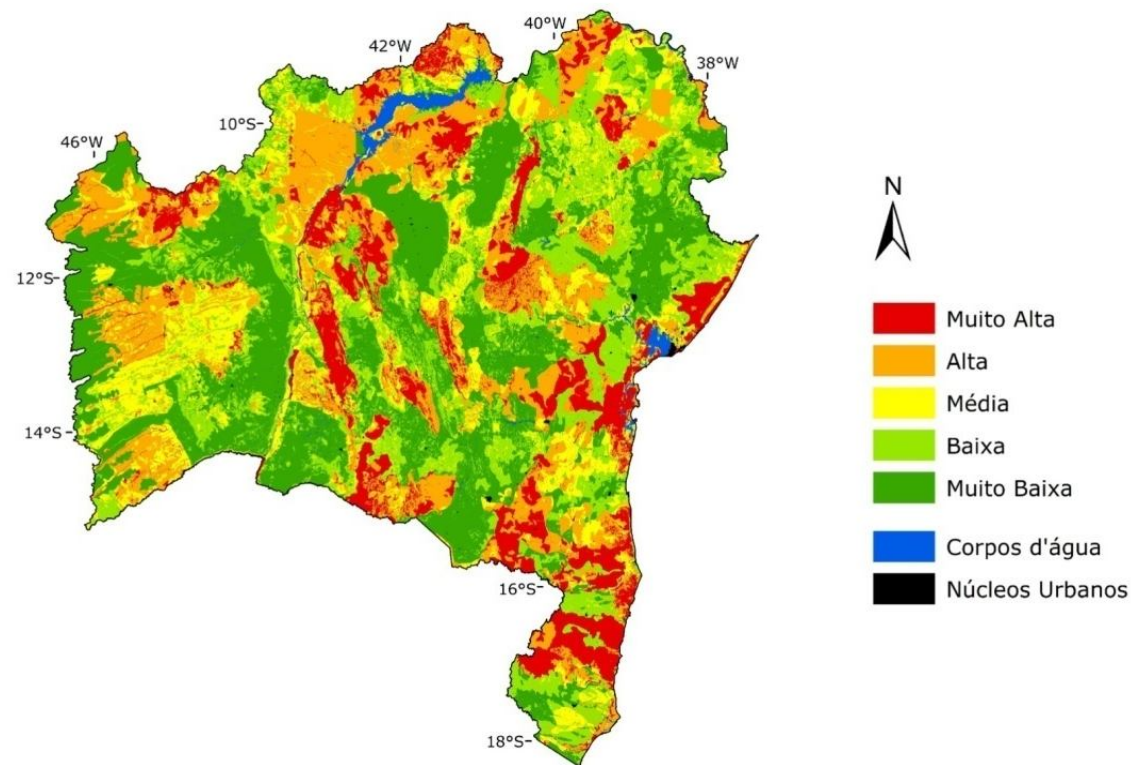
FCF = Fator de Compensação Florestal, podendo atingir valores de 1 a 6.

Decreto: Compensação Florestal

Quadro 01. Fator de Compensação Florestal

		FATOR DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL (multiplicar pela área de supressão ou intervenção)				
		RELEVÂNCIA DA ÁREA COMPENSADA				
		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
RELEVÂNCIA DA ÁREA SUPRIMIDA	MUITO BAIXA	5	4	3	2	1
	BAIXA	6	5	4	3	2
	MÉDIA	-	6	5	4	3
	ALTA	-	-	6	5	4
	MUITO ALTA	-	-	-	6	5

Decreto: Compensação Florestal



Mapa de Relevância Ambiental do Estado da Bahia, composto por um gradiente de valores ambientais, que representam atributos físicos e biológicos que se deseja preservar, por sua função ecológica e hidrológica ou sua insubstituibilidade, de acordo com sua importância para a conservação ambiental no Estado da Bahia.

Proposta de Instrumentos

- Minuta de **Decreto**: Reposição Florestal
- Minuta de **Lei**: Compensação Florestal
- Minuta de **Decreto**: Compensação Florestal
- Minutas de Portarias

Portarias

- Termo de Doação
 - Estabelece os requisitos mínimos para as instituições.
 - Estabelece as obrigações do doador e do recebedor, com apresentação de relatório sobre a destinação final dos produtos e subprodutos madeireiros.
- Cooperativas ou Associações de Reposição Florestal
 - Define os procedimentos para o cadastro das Cooperativas e Associações de Reposição Florestal.